

zero.

[www.zero.org](http://www.zero.org)

# Programa de Atividades de 2026

---

Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável



# Índice

<u>Programa de Atividades 2026 - Sumário Executivo .....</u>	<u>2</u>
<u>Objetivos Estratégicos Transversais .....</u>	<u>5</u>
<u>Sumário Executivo e Plano de Atividades – Sociedades Sustentáveis e Novas Formas de Economia .....</u>	<u>20</u>
<u>Sumário Executivo e Plano de Atividades – Clima, Energia e Mobilidade .....</u>	<u>30</u>
<u>Sumário Executivo e Plano de Atividades – Grupo Territórios .....</u>	<u>43</u>



# Programa de Atividades 2026 - Sumário

## Executivo

Em 2026, a ZERO pretende consolidar e aprofundar o seu papel como ator de referência na defesa do ambiente, na influência sobre políticas públicas e na mobilização da sociedade para a transição ecológica. O programa apresentado revela uma ambição clara: reforçar a capacidade de intervenção pública, técnica, jurídica e comunicacional da ZERO, ao mesmo tempo que procura aumentar a sua robustez interna, alargar a base social de apoio e melhorar as condições de execução do trabalho. De forma transversal, o plano combina monitorização, produção de propostas, participação em processos legislativos e regulatórios, campanhas públicas, capacitação de públicos e construção de parcerias, procurando transformar.

Nos objetivos estratégicos transversais, o programa aponta para um reforço da maturidade institucional da ZERO. Em 2026, pretende-se melhorar a capacidade de monitorizar e sistematizar o reconhecimento institucional da associação, o número de convites recebidos, os contactos com decisores e a participação em redes e grupos de trabalho, reforçando assim a leitura estratégica do seu posicionamento no ecossistema político e social. Em paralelo, assume-se a prioridade de aprofundar a cooperação nacional e europeia, incluindo a dinamização da Rede Lusófona para o Clima, bem como de reforçar a base associativa, a mobilização geracional e territorial, o voluntariado e os instrumentos de acompanhamento dos associados. O programa inclui ainda objetivos importantes de reforço da capacidade jurídica, de diversificação do financiamento, de promoção do bem-estar interno, de preservação do conhecimento organizacional e de aumento da notoriedade pública através dos media, redes sociais, site, blog, newsletter e podcast. Em conjunto, estas prioridades mostram que 2026 não é pensado apenas como um ano de ação externa, mas também como um ano de consolidação organizacional e de investimento em condições de eficácia futura.

Na área temática das sociedades sustentáveis e novas formas de economia, o programa concentra-se em três eixos: bem-estar e suficiência, circularidade e substâncias químicas. O que se pretende alcançar passa, desde logo, por criar condições para avançar com a proposta de Lei sobre as Gerações Futuras, fortalecendo pontes entre atores e recolhendo apoios políticos e sociais para a sua apresentação junto do Parlamento Português. Ao mesmo tempo, na área dos resíduos urbanos e não urbanos, a ZERO quer acelerar a prevenção, a reutilização, a recolha seletiva, a compostagem e a implementação de instrumentos regulatórios e económicos mais eficazes, promovendo alternativas à incineração e maior eficiência na gestão dos diferentes fluxos de resíduos. Na área das substâncias químicas, o objetivo é dar continuidade à capacitação pública e ao trabalho político, assegurando financiamento para a continuidade das formações e reforçando a capacidade de intervenção no debate europeu e nacional. Em síntese, esta área temática procura afirmar uma visão de transformação sistémica, que articula mudança legislativa, capacitação social e soluções concretas no terreno.

No domínio do clima, energia e mobilidade, o programa para 2026 propõe uma intervenção intensa e tecnicamente exigente, orientada para manter Portugal numa trajetória compatível com o Acordo de Paris e com metas mais ambiciosas de redução de emissões, expansão das renováveis, eficiência energética e descarbonização dos transportes. O que a ZERO pretende alcançar passa por reforçar a ambição e a execução



efetiva das políticas climáticas, melhorar a transparência do progresso nacional, acelerar a eletrificação, promover comunidades de energia, apoiar a reabilitação energética, combater a pobreza energética e reduzir a dependência estrutural dos combustíveis fósseis. No setor dos transportes, o foco está na eletrificação eficiente, na transferência modal para transporte coletivo e ferrovia, na redução do peso do automóvel individual e na promoção de políticas estruturais que permitam cumprir metas de renováveis e de redução de emissões. É, por isso, uma agenda que combina monitorização independente, propostas legislativas, campanhas públicas, diálogo com decisores e participação em momentos-chave do ciclo regulatório nacional e europeu.

Já no grupo Territórios, o programa revela uma agenda ampla, integrada e fortemente ancorada na proteção ambiental e na gestão sustentável do território. Em 2026, a ZERO propõe-se intervir de forma estratégica no ordenamento do território, na avaliação de impacte ambiental, na água, no oceano, na biodiversidade, no sistema agroalimentar e na política florestal. O que se pretende alcançar inclui, entre outros objetivos, uma melhor monitorização do estado do solo e um ordenamento mais rigoroso das renováveis; o reforço do rigor e da credibilidade do regime de avaliação de impacte ambiental; maior proteção das massas de água e mais eficiência hídrica; mais ambição na conservação marinha e no princípio da precaução face a atividades destrutivas; maior mobilização em torno da conservação da natureza; apoio à transição agroecológica e às cadeias curtas; e desenvolvimento de novas respostas para os desafios da floresta, dos fogos rurais e do financiamento da gestão florestal. Nesta área, o programa assume explicitamente a combinação entre incidência política, produção técnica, campanhas públicas, trabalho jurídico, diálogo institucional e construção de soluções.

3

No seu conjunto, o programa de 2026 mostra que a ZERO quer alcançar quatro resultados integrados. Primeiro, quer influenciar mais e melhor as políticas públicas, tornando-se mais eficaz na produção de propostas, na participação em processos legislativos e na defesa de soluções ambientalmente ambiciosas e socialmente justas. Segundo, quer reforçar a mobilização social, a capacidade comunicacional e a proximidade com associados, públicos jovens, cidadãos e comunidades afetadas. Terceiro, quer consolidar a sua base técnica, jurídica e institucional, assegurando maior solidez no acompanhamento dos dossiês e maior capacidade de resposta em áreas complexas. Quarto, quer reforçar a sua sustentabilidade organizacional, através de melhor financiamento, melhores ferramentas internas, maior preservação do conhecimento e melhores condições de trabalho e coordenação interna.

Ao mesmo tempo, o próprio programa identifica com clareza vários desafios de implementação. Internamente, destaca-se a limitação de recursos humanos e financeiros para acompanhar, com a profundidade desejada, o elevado número de dossiês, campanhas, parcerias e processos legislativos previstos. Em diferentes áreas do plano surgem referências à necessidade de financiamento dedicado, à dificuldade em assegurar acompanhamento técnico especializado, à dependência de equipas reduzidas e à exigência de criar ou consolidar sistemas internos de monitorização, registo, gestão de conhecimento, captação de financiamento e articulação entre áreas. Também a sustentabilidade da produção contínua de conteúdos, da gestão associativa, da prospeção de mecenas, da atualização da intranet e da implementação de novos instrumentos internos é apresentada como um desafio real.

Externamente, os desafios são igualmente significativos. O programa antecipa contextos de incerteza regulatória, resistência política ou institucional, interesses instalados, concorrência elevada por atenção mediática e financiamento, dificuldades de acesso a dados, atrasos administrativos, barreiras culturais e baixa adesão social em algumas matérias. Em áreas como clima e energia, surgem riscos ligados à volatilidade



política, ao foco na competitividade económica e à resistência de setores afetados pela descarbonização. Nos resíduos, na água e na biodiversidade, são apontados obstáculos regulatórios, dificuldades de articulação entre múltiplos atores e resistência a mudanças estruturais. No território e no oceano, o programa reconhece a influência de lobbies, a fraca ambição política em certos processos e a dificuldade de gerar aceitação social para medidas mais exigentes. Em várias frentes, a ZERO dependerá ainda da capacidade de construir alianças robustas e de traduzir temas tecnicamente complexos em causas mobilizadoras para públicos mais amplos.

Ainda assim, o balanço prospetivo do programa é claro: 2026 é apresentado como um ano de afirmação, crescimento e consolidação. A ZERO propõe-se a fazer mais, com maior profundidade técnica e maior capacidade de influência, mas também com maior atenção à sua própria robustez interna. Em 2026, a ZERO quer não apenas reagir ao contexto, mas ajudar a moldá-lo — reforçando a sua voz pública, melhorando a sua estrutura interna e contribuindo ativamente para políticas públicas mais ambiciosas, territórios mais protegidos e uma transição ecológica mais justa.



## Objetivos Estratégicos Transversais



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE1:** Ser considerada um parceiro chave para a definição e debate de políticas públicas nas áreas temáticas onde intervém junto dos poderes políticos, da comunicação social e dos parceiros sociais.
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Monitorização do número de convites para participação em parcerias e coligações.
  - Registo estruturado de convites para reuniões, grupos de trabalho e processos colaborativos.
  - Consolidação de *baseline* anual de reconhecimento institucional junto de parceiros sociais.
  - Monitorização dos contactos pelos decisores políticos, autoridades e legisladores.
- **O que queremos alcançar:**
  - Dispor de um registo sistemático e atualizado dos convites recebidos para participação em parcerias ou coligações.
  - Estabelecer um *baseline* quantitativo que permita medir a evolução do reconhecimento institucional da ZERO.
  - Reforçar a capacidade de análise estratégica sobre o posicionamento da associação junto de parceiros sociais.
  - Obter conhecimento de quem eram as entidades que contataram a ZERO.
  - Continuar a apurar os contatos efetuados.
- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Monitorização do número de parcerias e coligações	1
Monitorização dos contactos de entidades	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Garantir que todas as áreas reportam atempadamente os convites recebidos.
  - Assegurar consistência e atualização regular do registo ao longo do ano.
  - Evitar que o processo dependa exclusivamente de memória individual ou reporte informal.
  - Equilibrar o esforço de monitorização com a capacidade operacional disponível.
  - Garantir que o registo de contatos é efetivamente efetuado.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE2: Melhorar o diálogo e a cooperação com diferentes parceiros a nível nacional e europeu.**

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Identificar os grupos de trabalho e as redes das quais a ZERO faz parte.
- Assegurar a representação da ZERO nas Assembleias gerais das diferentes redes de que é membro.
- Participar ativamente em redes nacionais de ONG.
- Dinamizar a Rede Lusófona para o Clima.

- **O que queremos alcançar:**

- Estabelecer o registo dos grupos de trabalho onde a ZERO participa, de forma a termos um documento regularmente atualizado sobre o tema.
- Que a Rede Lusófona para o Clima realize a sua primeira reunião e que seja possível avançar com uma agenda de ação conjunta.
- Assegurar a participação nas Assembleias Gerais das diferentes redes a que a ZERO pertence.
- Manter a interação com redes nacionais de organizações da sociedade civil.

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Criação do ficheiro de monitorização da participação em grupos de trabalho e em redes	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos)**

- Dificuldade em acompanhar os desenvolvimentos dos diferentes grupos de trabalho (grupos múltiplos em diferentes redes).
- Redução na comparticipação das despesas de viagem.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE3:** Assegurar que o impacto da mobilização da sociedade tem representatividade territorial, geracional e social, através da formação a grupos com capacidade de amplificação da mensagem, da comunicação e da sensibilização.

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Implementação de plano anual de dinamização de atividades para Associados, incluindo a definição de calendário e a execução de atividades.
- Reforço da regularização de quotas através de envio automatizado de avisos periódicos (SMS e email).
- Implementação de campanha de angariação de novos Associados Individuais.
- Desenvolvimento de estratégia de captação de Associados Coletivos através do LinkedIn.
- Reformulação do programa de voluntariado e consolidação do modelo de acolhimento.
- Criação do *dashboard* do Associado para monitorização do ciclo de vida, incluindo definição de fluxos de informação, versão beta, identificação de pontos de contacto e aplicação de questionário anual de satisfação.
- Atualização da plataforma EContigo e conceção do plano de ação para 2026/2028
- Dinamização do projeto InfoClima - youth in action against climate disinformation

8

- **O que queremos alcançar:**

- Reforçar o envolvimento ativo da base associativa através de um plano estruturado de dinamização.
- Aumentar o número de Associados com quotas em dia, garantindo maior sustentabilidade financeira e previsibilidade de receita.
- Crescer o número de Associados Individuais e Coletivos, reforçando representatividade territorial, geracional e institucional.
- Melhorar os mecanismos de conversão e captação de novos membros.
- Estruturar e qualificar o modelo de acolhimento de voluntários.
- Implementar um sistema de monitorização do ciclo de vida do Associado, permitindo decisões baseadas em dados e melhoria contínua da experiência associativa.
- Melhoramento da plataforma EContigo e ter o plano de ação a 3 anos
- Concluir com sucesso o projeto InfoClima: criação de campanha de comunicação sobre desinformação climática, mural, voxpop em festivais, gravação de episódio podcast, comunicado de imprensa

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
N.º de planos de dinamização implementados	1
N.º de Associados com quotas em dia	1.200



<b>N.º de novos Associados Individuais</b>	150
<b>N.º de novos Associados Coletivos</b>	2
<b>Criação do <i>dashboard</i> do Associado</b>	1
<b>Plataforma EContigo reformulada</b>	1
<b>Plano de ação</b>	1
<b>Campanha (Lisboa e Porto)</b>	2
<b>Mural</b>	1
<b>Episódio podcast ZONA ZERO</b>	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Capacidade operacional para assegurar a execução consistente do plano de atividades ao longo do ano.
- Conversão efetiva de campanhas de angariação em novos Associados.
- Acompanhamento rigoroso e atualização contínua da base de dados de Associados.
- Garantia de adesão interna ao novo modelo de monitorização (*dashboard* e fluxos de informação).
- Mobilização de públicos diversificados em contexto de elevada concorrência associativa e digital.

9



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE4: Melhorar a capacidade de intervenção jurídica.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Reforço da capacidade de conceção de propostas legislativas.
  - Garantir o apoio jurídico à ZERO e aumento das ações legais enquanto estratégia da Associação.
- **O que queremos alcançar:**
  - Apresentação de propostas legislativas em diversas áreas, eventualmente ao nível das áreas protegidas privadas, dominialidade das águas subterrâneas, servidões de utilidade pública, resíduos, subsídios aos combustíveis fósseis encapsulados na legislação portuguesa.
  - Manter a colaboração dos dois juristas voluntários no apoio aos colaboradores que necessitem de apoio jurídico.
  - Preparar ações legais, especialmente no caso da conservação das aves estepárias
  - Apresentação de uma proposta de criação de uma bolsa de advogados pro bono junto da Ordem dos Advogados, para apoio à interposição de ações judiciais em matéria de defesa do ambiente.

10

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Iniciativas legislativas	2
Juristas voluntários ativos	2
Ações judiciais	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Ausência de financiamento dedicado
  - O facto de não existir um jurista colaborador continua a limitar a intervenção nesta área.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE5: Implementar um modelo de financiamento assente na diversificação das fontes de financiamento e que permita uma alocação de recursos que privilegie o trabalho de influência das políticas públicas, com vista ao cumprimento das metas definidas para 2028.**

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Estruturação do processo de angariação e gestão de financiamento não concursal via mecenato, incluindo criação de *dashboard* de monitorização em articulação com a Tesouraria.
- Apoio às áreas temáticas na preparação de propostas para captação de apoio mecenático.
- Criação de página dedicada ao programa para empresas sustentáveis no site institucional.
- Reformulação dos materiais de apresentação e oferta para empresas.
- Implementação de modelo de acompanhamento anual para fidelização de mecenas.
- Desenvolvimento e implementação da campanha de consignação de IRS.
- Continuação da implementação da campanha de comemoração dos 10 anos da ZERO.
- Reforço do financiamento via crowdfunding, incluindo campanha dedicada (Myrica) e criação de *templates* para replicação futura.
- Participação em iniciativas externas de angariação de fundos, nomeadamente Giving Tuesday e candidatura ao catálogo de beneficiários da GRACE – Associação Empresas Responsáveis.
- Elaborar orçamento de 2027
- Otimizar a gestão da informação contabilística.
- Procura de uma ferramenta informática de controle orçamental de projetos.
- Dar formação aos colegas sobre a nova ferramenta e a análise dos reportes contabilísticos.

11

- **O que queremos alcançar:**

- Diversificar fontes de financiamento, reduzindo dependência de financiamento concursal.
- Atingir as metas anuais de angariação previstas (mecenato e crowdfunding).
- Estruturar processos internos de monitorização financeira mais robustos e transparentes.
- Reforçar a relação com empresas e parceiros estratégicos.
- Fidelizar mecenas atuais e aumentar probabilidade de renovação anual.
- Consolidar campanhas públicas de angariação como instrumento regular de financiamento.
- Posicionar a ZERO em plataformas externas de captação de fundos e responsabilidade social empresarial.
- Acompanhamento atempado da execução orçamental.
- Facilitar o controle orçamental dos projetos.

- **Principais indicadores**



Indicador	Meta
Montante angariado via mecenato	1.500€
Montante angariado via crowdfunding	6.000€
N.º de campanhas (IRS e 10 anos) implementadas	2
N.º de submissões a iniciativas externas	2
Execução orçamental	1
Implementação de um programa de gestão orçamental de projetos	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Capacidade interna para prospeção ativa e acompanhamento continuado de mecenas.
- Competição elevada por fundos no contexto associativo e empresarial.
- Conversão efetiva de campanhas públicas em receitas concretizadas.
- Garantia de alinhamento entre áreas temáticas e estratégia de captação de financiamento.
- Sustentabilidade do esforço de *crowdfunding* ao longo do tempo.
- Dificuldade em encontrar a ferramenta de gestão de projetos adequada ao pretendido e custos associados.

12



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE6: Assegurar o bem-estar dos colaboradores e o seu compromisso com a ZERO.**

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Organização do Encontro Anual da ZERO, incluindo definição de programa, seleção de local e coordenação logística.
- Construção e implementação de um plano/cronograma anual de comunicação com as áreas temáticas, com vista à melhoria da comunicação inter-equipas.
- Construção da Política de Bem-Estar e Felicidade Organizacional, incluindo diagnóstico interno, definição de princípios orientadores, medidas concretas e mecanismos de acompanhamento.

- **O que queremos alcançar:**

- Promover momentos estruturados de encontro, alinhamento estratégico e reforço da cultura organizacional.
- Reforçar o sentimento de pertença e o compromisso dos colaboradores com a missão da ZERO.
- Melhorar a coordenação interna entre equipas e áreas temáticas.
- Reduzir ruídos de comunicação e aumentar previsibilidade no planeamento anual.
- Estabelecer um quadro formal de referência para promoção do bem-estar organizacional.
- Identificar medidas concretas de melhoria das condições de trabalho, equilíbrio e motivação.
- Criar mecanismos de monitorização do clima organizacional e da satisfação interna.

13

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
N.º de Encontros Anuais realizados	1
Plano/cronograma anual de comunicação implementado	1
Política de Bem-Estar elaborada	1
Medidas prioritárias identificadas para implementação	1 conjunto definido

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Limitações orçamentais associadas à organização do Encontro Anual.
- Garantia de envolvimento efetivo das equipas no processo de planeamento.
- Sustentabilidade do novo plano de comunicação macro ao longo do ano.
- Garantia de alinhamento entre sustentabilidade financeira e implementação de medidas de bem-estar.



- Necessidade de assegurar acompanhamento contínuo, evitando que a política se torne um documento meramente formal.
- Integração da política nas práticas quotidianas e na cultura organizacional.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE7: Assegurar a preservação do conhecimento no interior da organização.**

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Desenvolvimento e lançamento da versão beta da Intranet ZERO, incluindo definição da arquitetura de informação, escolha de interface, validação interna com coordenadores, desenvolvimento técnico e lançamento.
- Realização de diagnóstico ao nível da digitalização da organização, com vista à identificação de necessidades, lacunas e oportunidades de melhoria.
- Consulta a mecenas atual para viabilizar apoio à realização do diagnóstico de digitalização.
- Criar Manual de Tesouraria.
- Registo de Candidaturas submetidas e acompanhamento das mesmas.
- Registo de distribuição de projetos por trabalhador.

- **O que queremos alcançar:**

- Criar uma plataforma interna estruturada para organização, sistematização e partilha de informação - Intranet.
- Reduzir dependência de conhecimento informal ou disperso por diferentes suportes.
- Melhorar a acessibilidade a documentos estratégicos, procedimentos e histórico institucional.
- Identificar necessidades de evolução digital da organização e definir recomendações que permitam orientar investimentos futuros em ferramentas e processos digitais.
- Melhorar o cumprimento dos procedimentos em relação à tesouraria por parte dos colaboradores - manual.
- Partilhar o conhecimento relativo às candidaturas submetidas.
- Partilhar o conhecimento dos projetos em que cada colaborador está afeto.

15

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Intranet ZERO online (versão beta)	100%
Diagnóstico de digitalização realizado	1
Manual de Tesouraria	1
Registo de Candidaturas	1
Distribuição de projetos por trabalhador	1



- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Disponibilidade interna para validação de conteúdos e estrutura da Intranet.
  - Integração da Intranet com fluxos de trabalho já existentes.
  - Sustentabilidade da atualização contínua dos conteúdos após o lançamento da versão beta.
  - Capacidade de financiamento e acompanhamento técnico para o diagnóstico de digitalização.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE8:** Até 2028, aumentar a notoriedade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ZERO no seu setor, através do aumento das visitas ao portal e ao blog 1,5ºC, do crescimento do alcance e seguidores nas redes sociais e do reforço da mancha mediática.

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Reforço da cobertura mediática, através da atualização da base de contactos (incluindo meios locais), envio regular de comunicados de imprensa e contacto proativo e reativo com jornalistas.
- Definição e implementação de estratégia específica para públicos jovens (Geração Z).
- Consolidação de plano editorial mensal para redes sociais e reforço de campanhas pagas.
- Entrada em nova rede social (TikTok) e consolidação de presença em atuais plataformas (LinkedIn e YouTube), com definição de estratégia própria para cada canal.
- Implementação de melhorias técnicas e de SEO no site institucional.
- Reforço da estratégia de newsletters, incluindo criação de novos formatos e aumento do número de envios.
- Garantia de produção regular de conteúdos para o blog 1,5ºC.
- Manutenção da produção do podcast ZONA ZERO, com definição prévia de temas e gravação de 12 episódios.

17

- **O que queremos alcançar:**

- Aumentar a mancha mediática global em 5% em 2026.
- Reforçar a presença da ZERO junto de meios de comunicação locais e nacionais.
- Aumentar o número de seguidores nas redes sociais em 8% e o alcance/impressões em 10%.
- Consolidar presença digital em novas plataformas estratégicas.
- Aumentar em 5% as visitas ao site e blog.
- Reforçar a consistência editorial e a diversificação de formatos de comunicação.
- Manter regularidade na produção de conteúdos multimédia, nomeadamente através do podcast.

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
% aumento mancha mediática global	5%
% aumento seguidores redes sociais	8%
% aumento alcance/impressões	10%
% crescimento visitas ao site/blog	5%
N.º de episódios do podcast gravados	12



- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Elevada concorrência mediática e digital no setor ambiental.
  - Dependência de fatores externos na cobertura jornalística.
  - Sustentabilidade da produção contínua de conteúdos com recursos internos limitados.
  - Adaptação a novas plataformas digitais e respetivos formatos.
  - Conversão de alcance digital em notoriedade qualificada e *engagement* efetivo.



# Objetivos Estratégicos das Áreas Temáticas – Perspetiva Anual



## Sumário Executivo – Sociedades Sustentáveis e Novas Formas de Economia

### Resumo do trabalho proposto:

A área temática das Sociedades sustentáveis e Novas Formas de Economia possui cinco objetivos estratégicos (OE), sendo que em 2026, o foco estará centrado em três deles: bem-estar e suficiência (OE9), circularidades - resíduos urbanos e não urbanos (OE10) e promoção de um ambiente não tóxico (OE12).

O Programa de Atividades 2026 combina intervenção política, capacitação e implementação de soluções no terreno. As prioridades incluem: proteger gerações futuras, reduzir exposição a químicos perigosos, acelerar circularidade e melhorar sistemas de recolha/valorização, com foco em prevenção, reutilização e biorresíduos.

### Principais iniciativas que se pretende realizar:

#### OE09. Bem-Estar (Princípio da suficiência / gerações futuras)

##### Principais ações

- Promoção da proposta de Lei sobre as Gerações Futuras junto de stakeholders
- Incentivo à participação ativa de Portugal na rede WEGov (Wellbeing Economy Governments).
- Reforço de trabalho conjunto (Portugal e UE) sobre gerações futuras e economia do bem-estar.

##### O que se pretende alcançar

- Organização de um evento para reunir abordagens/grupos em Portugal e reforçar cooperação.
- Realização de reuniões com stakeholders para apresentar a proposta de Lei e recolher apoios antes da submissão parlamentar.
- Participação nas reuniões do Hub Ibérico da WEAll e da School of International Futures (SOIF).

#### OE10 - Circularidade: resíduos urbanos

##### Principais ações

- Aceleração da prevenção e reutilização (redução na origem e extensão da vida útil de produtos).
- Promoção de instrumentos económicos/regulatórios: TGR, PAYT, eco-modelação e regulamentos municipais.
- Promoção de alternativas à incineração (TMB eficiente) e melhoria de resultados de recolha seletiva.
- Monitorização da qualidade dos dados públicos sobre metas de preparação para reutilização e reciclagem.



- Escala de projetos-piloto com municípios/ilhas/setor privado e promoção de certificação Zero Waste Cities.
- Promoção de compostagem doméstica e comunitária e soluções descentralizadas para biorresíduos.
- Projeto LIFE Food Connect (redução do desperdício alimentar e facilitação da doação).
- Procura de financiamento para continuar formação de multiplicadores em menstuação sustentável.

### O que se pretende alcançar

- Criar condições para ‘reutilização por defeito’ e advogar por mais apoio/financiamento a soluções de reutilização.
- Aumentar captura de recicláveis e reduzir indiferenciado via porta-a-porta, identificação do utilizador e PAYT.
- Produzir e disseminar guias práticos para municípios (PAYT, biorresíduos, descentralização, boas práticas).
- Desviar biorresíduos do indiferenciado e reduzir desperdício alimentar, incluindo soluções para HORECA e grandes produtores.
- Promover alternativas à incineração, reforçando TMB eficiente e mitigando emissões (metano) e dependência de aterro.
- Desenvolver (no LIFE Food Connect) uma plataforma e app para facilitar a doação a nível nacional e assegurar financiamento para 2027.

21

## OE10 - Circularidade: resíduos não urbanos

### Principais ações

- Acompanhamento de clarificações sobre grandes produtores, valores de contrapartida (embalagens) e potencial de CDR.
- Promoção de PAYT para não domésticos e sinalização de incumprimentos/zonas cinzentas.
- Promoção de enquadramento operacional/legal para biorresíduos não domésticos (com APA/Secretaria de Estado e operadores).
- Intervenção em fluxos/dossiers específicos: REEE, têxteis, volumosos/madeiras, pneus, óleos alimentares/subprodutos animais, amianto, VFV, resíduos hospitalares e resíduos industriais perigosos (incl. CIRVER).

### O que se pretende alcançar

- Clarificar responsabilidades e operacionalização de instrumentos (PAYT, contrapartidas, biorresíduos não domésticos).
- Reforçar equidade e cumprimento entre entidades gestoras, reduzindo concorrência desleal e falhas de sistema.
- Acelerar soluções RAP e recolha/valorização com foco em prevenção e reutilização (têxteis, volumosos, pneus, óleos).
- Melhorar rastreabilidade e conformidade em fluxos complexos e de risco (ex.: amianto e VFV).



## OE12. Substâncias químicas

### Principais ações

- Continuidade do projeto LIFE ChemBee e respetivas atividades de sensibilização/formação.
- Acompanhamento de políticas públicas (incluindo redes europeias) e interação com decisores.
- Procura de financiamento para manter formações curtas sobre 'químicos no quotidiano' após o fim do projeto.
- Arranque do projeto LIFE MUM's para trabalho mais próximo com profissionais de saúde.
- Manutenção de campanha nas redes sociais para promover um ambiente não tóxico.

### O que se pretende alcançar

- Assegurar financiamento para continuidade de formações e ações pós-LIFE ChemBee.
- Influenciar e acompanhar o debate europeu/nacional, incluindo partilha de posições com representantes políticos.
- Manter comunicação pública regular e acessível sobre riscos e alternativas a substâncias preocupantes.

### Desafios transversais identificados:

- Financiamento insuficiente ou incerto para garantir continuidade e escala de ações.
- Capacidade operacional limitada face ao número e complexidade de dossiers.
- Incerteza regulatória e necessidade de clarificação de responsabilidades (especialmente em biorresíduos e químicos).
- Necessidade de articulação entre atores (municípios, operadores, entidades gestoras, setor privado e Estado).
- Resistências à mudança em modelos de gestão de resíduos e investimentos estruturais.

22



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE09:** Promover um modelo económico e cultural onde o princípio da suficiência é o elemento base, de forma a garantir que as gerações futuras poderão satisfazer as suas necessidades, em respeito pelos limites planetários.
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Promoção da proposta de Lei sobre as gerações Futuras junto de diferentes *stakeholders*.
  - Incentivar Portugal a manter-se ativo na rede WEGov (*Wellbeing Economy Governments*).
  - Fortalecer o trabalho conjunto sobre o tema em Portugal e na UE.
- **O que queremos alcançar:**
  - Organização de um evento que reúna os diferentes grupos e abordagens sobre gerações futuras em Portugal, no sentido de criar pontes e fortalecer o trabalho conjunto sobre o tema.
  - Reunir com diferentes *stakeholders* para apresentar a proposta de Lei sobre as Gerações Futuras, com o intuito de reunir apoios prévios à sua apresentação à Assembleia da República
  - Participação nas reuniões regulares do Hub Ibérico da WEAll (*Wellbeing Economy Alliance*) e da SOIF (*School of International Futures*).
- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Realização do evento	1
Realização de reuniões com <i>stakeholders</i> sobre Lei das Gerações Futuras	6

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Inexistência de financiamento sobre o tema, pelo que a implementação das atividades previstas poderá ser impactada por uma dificuldade de dedicar tempo ao tema.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE10: Colocar a economia portuguesa alinhada com o cumprimento das metas europeias na área da circularidade – resíduos urbanos.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Conhecer e acompanhar, para acelerar, a prevenção e a reutilização (redução na origem e extensão de vida útil).
  - Promover o reforço dos instrumentos económicos e regulatórios - taxa de gestão de resíduos (TGR), *pay-as-you-throw* (PAYT), eco-modelação, regulamentos municipais - enquanto ferramenta que alavanque uma correta gestão dos resíduos.
  - Promover alternativas à incineração para os resíduos urbanos – tratamento mecânico e biológico (TMB).
  - Monitorizar a qualidade dos dados publicados pelas entidades públicas, em particular das metas de preparação para reutilização e reciclagem.
  - Escalar soluções de alta eficiência e desenvolvimento de projetos-piloto com municípios, sistemas insulares e setor privado, continuando a promover a certificação *Zero Waste Cities*.
  - Produzir diagnóstico de referência (RASARP/RARU) e promover compostagem doméstica/comunitária e soluções descentralizadas.
  - Projeto LIFE Food Connect (combate ao desperdício alimentar através da facilitação do processo de doação de alimentos).
  - Procura de financiamento para, conseqüentemente, assegurar a continuidade do trabalho de formação de multiplicadores no âmbito do tema da menstruação sustentável.
- **O que queremos alcançar:**
  - Criar condições para reutilização por defeito (eventos, take-away, têxteis/móveis) e escalar modelos com municípios e setor privado.
  - Integração de financiamento/apoios via responsabilidade alargada do produtor ou de outros mecanismos direcionados para a viabilização da reutilização.
  - Aumentar a captura de recicláveis e reduzir a produção do indiferenciado com recolha porta-a-porta, identificação do utilizador e PAYT.
  - Produzir e promover guias para os municípios que facilitem a transição para sistemas de alta-eficiência, inclusive sobre tarifários PAYT, tratamento descentralizado dos biorresíduos,
  - Desviar biorresíduos do indiferenciado e reduzir desperdício alimentar com soluções na origem, comunitárias e no setor HORECA e retalho alimentar.
  - Clarificar o enquadramento legislativo para o tratamento dos biorresíduos não domésticos (incl. produtores >1100 L) e dinamizar workshop com *stakeholders* para promover um modelo de negócio que seja tecnicamente viável para o canal HORECA e outros grandes produtores.
  - Promover alternativas à incineração e reforçar TMB eficientes, reduzindo dependência de aterro e os riscos associados, mitigando assim as fontes de gases de efeito estufa (metano).
  - Capacitar multiplicadores e, conseqüentemente, jovens sobre menstruação sustentável e alternativas reutilizáveis.



- Promover a adoção de abordagens “Zero Resíduos” em escolas utilizando a compostagem como prática estruturante e catalisadora de políticas mais amplas de prevenção e reutilização.
- Reforçar a mensagem sobre a importância da redução do desperdício alimentar e a responsabilização de produtores, retalho e consumidores de acordo com as metas de redução de desperdício alimentar previstas na Diretiva-Quadro de Resíduos da UE (redução até 2030).
- Identificar as principais dificuldades na doação de alimentos e reforçar os seus benefícios. No âmbito do projeto LIFE Food Connect, desenvolver uma plataforma e uma aplicação que, futuramente, facilitarão este processo a nível nacional.
- Assegurar financiamento para 2027.

- **Principais indicadores**

<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>
<b>N.º municípios/organizações com medidas formais (reutilização em eventos/take-away) e pilotos ativos</b>	2
<b>N.º de cidades candidatas à certificação Zero Waste Cities e</b>	7
<b>Realização do segundo encontro Ibérico sobre compostagem</b>	1
<b>Clarificação oficial sobre enquadramento para biorresíduos não domésticos</b>	1
<b>N.º de escolas integradas no projeto e com municípios envolvidos no apoio à implementação do projeto</b>	30

25

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Na área da reutilização os desafios internos prendem-se com a gestão de parcerias e acompanhamento das diferentes ações necessárias para estimular a reutilização, com recursos limitados. Ao nível externo, há a sublinhar a necessidade de articulação e trabalho em parceria dos diferentes intervenientes, bem como a quase inexistência de incentivos para a reutilização.
- Nos sistemas de alta-eficiência, um dos desafios será conseguir assegurar o acompanhamento dos diferentes municípios e promover as melhores práticas. Os desafios externos prendem-se, no essencial, com os custos/complexidade operacional e a resistência à implementação de tarifários e mudanças estruturais na recolha.
- Sobre o tema dos biorresíduos os desafios são maioritariamente externos, dada a existência de alguma incerteza regulatória e viabilidade económica/logística para não domésticos.
- Na área do combate à incineração e promoção do TMB como alternativa viável para redução da deposição de resíduos em aterro, os desafios externos são os interesses instalados que pressionam para soluções de incineração/aterro, bem como a resistência a soluções como o TMB e as dificuldades de financiamento dos investimentos.



- No âmbito do projeto Devolver à Terra a necessidade de acompanhamento técnico contínuo implica um esforço significativo em termos de recursos, podendo constituir um constrangimento ao desenvolvimento do projeto e à integração de novas escolas. A articulação com municípios, embora essencial, pode ser desigual em função da disponibilidade de recursos, prioridades políticas e capacidade técnica local.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE10: Colocar a economia portuguesa alinhada com o cumprimento das metas europeias na área da circularidade – resíduos não urbanos.**
  
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Acompanhar as clarificações sobre grandes produtores, valores de contrapartida (embalagens) e avaliar potencial de CDR.
  - Promover PAYT para não domésticos e sinalizar incumprimentos/zonas cinzentas.
  - Promover enquadramento operacional/legal para biorresíduos não domésticos, com APA/Secretaria de Estado e operadores.
  - Acompanhar dossier Interrecycling e assegurar monitorização das práticas das entidades gestoras no setor dos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE).
  - Monitorizar aplicação da TGR sobre incumprimento da meta de reciclagem de REEE e promover equidade entre as entidades gestoras; acompanhar a implementação dos incentivos ao consumidor para entrega dos equipamentos.
  - Acompanhar cumprimento por empresas contratadas e iniciativas setoriais relevantes.
  - Têxteis: promover responsabilidade alargada do produtor (RAP) e pilotos orientados para reutilização; monitorizar implementação.
  - Volumosos/madeiras: parcerias e modelos replicáveis para recolha e reutilização e acompanhamento da implementação da RAP.
  - Monitorizar os dados relativos a pneus, óleos alimentares e subprodutos animais. No caso dos pneus, avançar com a promoção da recauchutagem nas compras públicas.
  - Amianto: disponibilizar contrato tipo e procedimentos para pequenas remoções; acompanhar inventariação e discrepâncias de reporte.
  - Veículos em fim de vida (VFV): acompanhar avaliação de resíduos da fragmentação, reutilização de peças e licenciamento de dismanteladores.
  - Resíduos hospitalares: acompanhar licenciamento para resíduos perigosos de auto-cuidados e procedimentos que maximizem a recolha seletiva em centros de saúde.
  - Resíduos Industriais Perigosos: manter o trabalho de promoção do Prosolos e acompanhar balanço hídrico dos CIRVER.
  
- **O que queremos alcançar:**
  - Clarificar responsabilidades e garantir aplicação eficaz de instrumentos (PAYT, contrapartidas, enquadramento de biorresíduos não domésticos).
  - Reforçar recolha/tratamento e equidade entre entidades gestoras, evitando concorrência desleal e incumprimento.
  - Acelerar implementação de RAP e soluções de recolha/valorização, privilegiando reutilização e prevenção em fluxos específicos (têxteis, volumosos, pneus, óleos).
  - Abordagem de promoção da recauchutagem através das compras públicas e da redução/eliminação da cobrança do ecovalor.



- Melhorar segurança, rastreabilidade e conformidade em fluxos de risco/complexidade (amianto e VFV).

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Clarificação sobre grandes produtores	1
Definição de valores de contrapartida para as embalagens dos grandes produtores que incentivem a separação	1
Eliminação da cobrança de ecovalor nos pneus recauchutados	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Poucos recursos para poder assegurar o seguimento dos diferentes dossiers com a profundidade desejada.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE12:** Contribuir para a redução da presença de substâncias químicas perigosas para o ambiente e para a saúde humana, através do reforço da legislação europeia e da capacitação dos cidadãos para que possam evitar a sua presença no quotidiano.
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Dar continuidade ao projeto LIFE ChemBee.
  - Acompanhamento das políticas públicas na área das substâncias químicas (redes europeias)
  - Procura de financiamento para assegurar continuidade do trabalho de formação sobre químicos no quotidiano.
  - Iniciar a implementação do projeto LIFE MUM's que permitirá trabalhar de forma mais próxima com profissionais de saúde.
  - Manutenção da campanha nas redes sociais sobre a promoção de um ambiente não tóxico.
- **O que queremos alcançar:**
  - Assegurar financiamento que permita continuar a realizar formações (de curta duração) sobre químicos no quotidiano (após o encerramento do projeto LIFE ChemBee).
  - Acompanhamento do debate europeu e nacional sobre a política relativa a substâncias químicas, partilhando as nossas posições com os representantes políticos.
  - Manutenção de uma campanha regular sobre químicos no quotidiano.
- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Obtenção de financiamento para manter ações de formação	1
Número de posts publicados nas redes sociais sobre químicos	12
Interações com os nossos decisores políticos sobre a temática das substâncias químicas (cartas, emails, reuniões)	6

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Dificuldade na obtenção de financiamento para manter ações de formação sobre químicos.
  - Debate europeu em torno dos omnibus e as suas implicações para o tema das substâncias químicas (é difícil prever o que poderá vir a ser proposto) e incerteza em torno da possibilidade de se abrir o dossier do Regulamento REACH.



## Sumário Executivo – Clima, Energia e Mobilidade

### Resumo do trabalho proposto:

O programa de atividades para 2026 visa reforçar a capacidade de intervenção da ZERO na aceleração da transição energética e climática em Portugal, contribuindo para que o país se mantenha alinhado com uma trajetória compatível com o limite de **1,5°C do Acordo de Paris**. O trabalho proposto combina análise técnica, advocacia política, participação em processos legislativos e regulatórios, comunicação pública e articulação com outras organizações da sociedade civil.

As atividades incidem em seis frentes estratégicas: redução das emissões nacionais, aceleração das energias renováveis no sector elétrico, aumento da incorporação de renováveis no consumo final de energia, melhoria da eficiência energética, descarbonização do sector dos transportes e reforço do papel das energias renováveis nesse sector. O grupo procurará influenciar políticas públicas, estratégias nacionais e instrumentos legislativos, promovendo soluções que conciliem ambição climática, eficiência económica e justiça social.

O programa privilegia intervenções em momentos-chave do ciclo político e regulatório, nomeadamente revisões de planos e legislação energética, processos europeus relevantes e decisões nacionais com impacto estrutural nos sectores da energia e da mobilidade.

30

### Principais iniciativas

**OE14: Ter Portugal alinhado com o 1,5°C do Acordo de Paris, i.e., numa trajetória de -60% de emissões em 2030, -55% de emissões em 2028, em relação ao ano de 2005**

### Principais ações

- Intervenção em processos de planeamento climático e energético nacionais e europeus.
- Contributos técnicos para consultas públicas, estratégias nacionais e processos legislativos relevantes.
- Monitorização da evolução das políticas públicas e do cumprimento das metas climáticas.

### O que se pretende alcançar

- Reforçar a ambição das políticas climáticas nacionais e a coerência das políticas públicas com trajetórias compatíveis com o Acordo de Paris.
- Promover uma maior transparência e monitorização do progresso nacional em matéria de redução de emissões.
- Contribuir para que decisões políticas estruturais integrem plenamente o objetivo de neutralidade climática.



## **OE15: Ter 90% de energia renovável no setor da eletricidade em 2028.**

### **Principais ações**

- Acompanhamento da expansão das energias renováveis e das reformas dos processos de licenciamento.
- Promoção de soluções de flexibilidade do sistema elétrico, incluindo armazenamento, gestão da procura e integração de redes inteligentes.
- Análise técnica da evolução do sistema elétrico e da integração das energias renováveis.
- Participação em debates e processos regulatórios relevantes para a transição do sistema elétrico.

### **O que se pretende alcançar**

- Contribuir para acelerar a transição do sistema elétrico português para uma matriz predominantemente renovável.
- Promover condições regulatórias e de planeamento que facilitem a integração eficiente de novas fontes renováveis.
- Assegurar que a expansão das renováveis ocorre com elevada eficiência sistémica e segurança de abastecimento.

## **OE16: Ter 49% de energia renovável no consumo de energia final do país em 2028**

31

### **Principais ações**

- Advocacia para acelerar a eletrificação de consumos finais em sectores como edifícios, indústria e transportes.
- Promoção de comunidades de energia, autoconsumo coletivo e soluções descentralizadas de produção renovável.
- Análise das políticas sectoriais relevantes para a transição energética.
- Intervenção em processos de revisão de políticas energéticas nacionais.

### **O que se pretende alcançar**

- Aumentar a incorporação de energias renováveis no consumo final de energia da economia portuguesa.
- Promover soluções energéticas descentralizadas e participativas.
- Reduzir a dependência estrutural de combustíveis fósseis.

## **OE17: Alcançar uma redução de pelo menos 35% no consumo de energia primária até 2028, em relação ao ano de 2005**

### **Principais ações**

- Acompanhamento das políticas nacionais de eficiência energética.
- Intervenção em programas de reabilitação energética de edifícios.
- Advocacia para reforço das políticas de combate à pobreza energética.



- Promoção de medidas estruturais de redução da procura energética.

### O que se pretende alcançar

- Impulsionar políticas públicas que reduzam estruturalmente a procura de energia.
- Melhorar o desempenho energético dos edifícios e das infraestruturas.
- Gerar benefícios climáticos, económicos e sociais através da eficiência energética.

## **OE18: Ter 23% de energia renovável no consumo final de energia no setor dos transportes até 2028.**

### Principais ações

- Promoção da eletrificação da mobilidade e do transporte coletivo.
- Intervenção em regimes regulatórios da mobilidade elétrica e no desenvolvimento de infraestruturas de carregamento.
- Análise crítica das políticas relativas a combustíveis alternativos.
- Participação em debates e iniciativas sobre descarbonização da mobilidade.

### O que se pretende alcançar

- Aumentar a penetração de energias renováveis no sector dos transportes.
- Promover uma eletrificação eficiente e socialmente benéfica da mobilidade.
- Reduzir a dependência de combustíveis fósseis neste sector.

32

## **OE19: Alcançar 35% de redução de emissões no setor dos transportes até 2028, em relação ao ano de 2005**

### Principais ações

- Advocacia para redução estrutural da dependência do automóvel individual.
- Promoção de transporte coletivo, mobilidade ativa e ferroviária.
- Intervenção em políticas de mobilidade urbana e planeamento territorial.
- Análise de políticas públicas com impacto na evolução das emissões do sector.

### O que se pretende alcançar

- Promover mudanças estruturais no sistema de mobilidade que reduzam significativamente as emissões do sector.
- Contribuir para políticas de mobilidade mais sustentáveis, eficientes e inclusivas.
- Reduzir o peso do automóvel individual nas deslocações urbanas e interurbanas.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE14: Ter Portugal alinhado com o 1,5°C do Acordo de Paris, i.e., numa trajetória de -60% de emissões em 2030, -55% de emissões em 2028, em relação ao ano de 2005**
  
- **Principais projetos/iniciativas/ações**
  - Monitorização independente das políticas climáticas
  - Advocacia política e propostas legislativas
  - Campanhas públicas e mobilização social
  - Trabalho técnico e colaborações europeias
  - Estimular o debate nacional e aumentar a consciência pública, centrada em desmistificar e esclarecer questões económicas, sociais e de governança climática, especificamente concebida para envolver públicos além dos apoiantes tradicionais da causa climática.
  
- **O que queremos alcançar**
  - Aumentar a ambição e a execução efetiva das políticas públicas de redução de emissões em Portugal.
  - Tornar o progresso climático mais transparente e escrutinável pela sociedade civil e pelos órgãos de comunicação social.
  - Influenciar decisões políticas concretas (orçamento, legislação, planos setoriais) alinhadas com a trajetória de 1,5 °C.
  - Reforçar o apoio público à ação climática rápida e estrutural.
  - Monitorizar a aplicação da legislação, analisar o comércio ilegal de HFC e colaborar com os atores interessados para garantir a implementação efetiva do Regulamento 2024/573, relativo aos F-gases, no país.
  - A redução do IVA para aquisição, entrega, instalação, manutenção e reparação de bombas de calor, painéis solares e outros equipamentos destinados à captação e aproveitamento de energia solar, eólica, geotérmica e outras formas alternativas de energia.
  - Garantir que Portugal permanece empenhado em manter ou aumentar a ambição atual da legislação europeia sobre o transporte marítimo, com particular atenção à revisão do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). Assegurar a incorporação estruturada das implicações ambientais e climáticas em todas as etapas da elaboração e execução do orçamento de estado.
  - Mobilização da opinião pública para a eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis antes de 2030.
  - Apresentação de um roteiro nacional para ação municipal contra a publicidade fóssil.
  - Reforçar a importância da institucionalização dos processos deliberativos ao nível local e nacional.
  - Fortalecer a colaboração para a ação climática com outras ONG dos PALOP.



- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Campanhas públicas (participações em eventos, cobertura mediática, métricas digitais).	10
Publicação e disseminação de relatórios ou análises técnicas com recomendações	10
Número de reuniões estratégicas nacionais e internacionais	10

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Mudanças no contexto político ou menor prioridade dada ao clima
- Resistência de setores económicos afetados por medidas de descarbonização.
- Atrasos administrativos ou falta de dados atualizados para monitorização.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE15: Ter 90% de energia renovável no setor da eletricidade em 2028.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações**
  - Monitorização do sector da eletricidade
  - Iniciativas para aceleração do licenciamento sustentável
  - Advocacia para armazenamento e flexibilidade do sistema
  - Comunicação estratégica
- **O que queremos alcançar**
  - Garantir uma trajetória anual consistente que permita caminhar para os 90% renováveis na eletricidade até 2028
  - Reduzir entraves administrativos e regulatórios à expansão renovável sustentável
  - Assegurar que o aumento da capacidade renovável é acompanhado por armazenamento e reforço da rede
  - Reforçar o apoio público e territorial à transição no sector
- **Principais indicadores**

35

Indicador	Meta
Número de propostas ou recomendações	7
Número de reuniões técnicas e contributos formais apresentados a entidades reguladoras ou governamentais	12

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Oposição local a projetos renováveis mal planeados.
  - Saturação da rede elétrica ou atrasos no reforço de infraestruturas.
  - Instabilidade regulatória ou mudanças nas prioridades políticas.
  - Pressões europeias no sentido de flexibilização ambiental excessiva em nome da competitividade.
  - Capacidade técnica limitada para acompanhar simultaneamente rede, licenciamento, mercado e política europeia.
  - Necessidade de financiamento contínuo para trabalho técnico especializado.
  - Equilíbrio entre defesa ambiental rigorosa e aceleração da transição energética



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE16: Ter 49% de energia renovável no consumo de energia final do país em 2028**
- **Principais projetos/iniciativas/ações**
  - Acompanhamento das políticas e metas nacionais
  - Promoção da eletrificação e eficiência energética
  - Renováveis nos transportes e indústria
  - Comunidades de energia e geração distribuída
- **O que queremos alcançar**
  - Contribuir para o objetivo de 49% de renováveis no consumo final no centro do debate público e político
  - Acelerar medidas concretas nos sectores onde o progresso é mais lento (transportes, indústria)
  - Reforçar a coerência entre políticas de eficiência energética e expansão das renováveis

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Número de contributos ou propostas	7
Número de iniciativas públicas, campanhas ou eventos realizados e alcance estimado	7
Número de reuniões ou processos de consulta pública em que o grupo participou	20

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Progresso insuficiente na eletrificação de transportes e aquecimento
  - Volatilidade política ou mudança de prioridades para temas como competitividade ou defesa, reduzindo o foco climático
  - Barreiras administrativas e financeiras à eficiência energética e ao autoconsumo
  - Incerteza regulatória ou alterações de metas ao nível europeu.
  - Necessidade de capacidade técnica diversificada para acompanhar simultaneamente vários sectores energéticos.
  - Limitações de recursos para análise aprofundada de políticas complexas.
  - Dificuldade em manter atenção mediática sobre metas estruturais de médio prazo



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE17: Alcançar uma redução de pelo menos 35% no consumo de energia primária até 2028, em relação ao ano de 2005**

- **Principais projetos/iniciativas/ações**

- Monitorização do consumo de energia
- Promoção da melhoria da eficiência energética do parque edificado
- Redução estrutural do consumo nos transportes
- Eficiência na indústria e gestão da procura

- **O que queremos alcançar**

- Garantir que a eficiência energética e suficiência são tratadas como prioridade estrutural, não apenas complementar às renováveis
- Aumentar a ambição e execução de políticas de reabilitação energética e eficiência na indústria
- Garantir que a reabilitação energética não aumenta a vulnerabilidade das famílias
- Articular políticas de eficiência energética com políticas habitacionais e de proteção social, assegurando uma abordagem integrada e justa
- Impulsionar mecanismos financeiros e regulatórios que facilitem investimentos em eficiência energética, incluindo subsídios, incentivos fiscais ou mecanismos de financiamento inovadores.
- Reduzir o desperdício energético e a dependência de importações fósseis
- Criar pressão pública e política para cumprir a meta de -35% até 2028

37

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Número de propostas ou recomendações	4
Número de eventos ou ações de comunicação realizados	25
Participação do grupo em consultas públicas e processos legislativos relevantes	6

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Crescimento económico ou aumento da procura energética que compense ganhos de eficiência
- Resistência política a medidas estruturais que impliquem restrições ou maior regulação
- Complexidade administrativa na execução de programas de reabilitação energética
- Contexto europeu mais focado em competitividade e segurança energética do que em redução estrutural do consumo



- Elevada exigência técnica para análise detalhada
- Necessidade de financiamento estável para acompanhamento contínuo de políticas complexas
- Dificuldade em comunicar um tema técnico (energia primária) de forma mobilizadora.
- Bloqueios do mercado, como a escassez de mão de obra e a resistência de alguns interessados do setor da construção e de produtores e fornecedores de equipamentos com base em combustíveis fósseis



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE18: Ter 23% de energia renovável no consumo final de energia no setor dos transportes até 2028.**

- **Principais projetos/iniciativas/ações**

- Monitorização e análise de políticas públicas a nível nacional e europeu
- Promoção da eletrificação dos transportes de uso intensivo
- Redução do consumo energético e transferência modal

- **O que queremos alcançar**

- Garantir que Portugal mantém uma trajetória credível para atingir a meta de 23% de renováveis nos transportes
- Contribuir para aumentar a ambição e a eficácia das políticas de eletrificação e de transporte público
- Evitar dependência excessiva de soluções com baixo benefício climático ou sustentabilidade duvidosa, tais como hidrogénio verde, biocombustíveis ou combustíveis sintéticos para o transporte rodoviário.
- Reforçar o enquadramento regulatório e financeiro favorável à transição energética no sector dos transportes.
- Garantir que Portugal elabora um Plano Nacional para a Descarbonização do Transporte Marítimo ambicioso, com objetivos claros: alavancar a produção de combustíveis sintéticos e combustíveis renováveis de origem não biológica (RFNBO) para uso na navegação, apoiar a implementação de medidas de eficiência e propulsão alternativa, apoiar zonas portuárias com emissões zero e garantir sinergias com a Estratégia Industrial Verde.

39

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Número de propostas ou recomendações	4
Número de publicações, eventos ou intervenções públicas realizadas sobre descarbonização dos transportes	10
Participação em consultas públicas e processos legislativos relevantes	12
Número de reuniões com decisores políticos	12

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Incerteza regulatória europeia (por exemplo, revisões de metas, regras sobre combustíveis ou veículos)
- Ritmo insuficiente de investimento em transporte público e ferrovia



- Resistência de sectores económicos dependentes de combustíveis fósseis ou de soluções de transição com benefícios limitados
- Atrasos administrativos e regulatórios na expansão de infraestruturas de carregamento
- Necessidade de elevada capacidade técnica para análise de dados e políticas complexas
- Limitações de recursos para acompanhamento simultâneo de vários dossiers (eletricidade, combustíveis, mobilidade urbana e logística)



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE19: Alcançar 35% de redução de emissões no setor dos transportes até 2028, em relação ao ano de 2005**
- **Principais projetos/iniciativas/ações**
  - Monitorização e escrutínio das emissões
  - Transferência modal e investimento estrutural
  - Eletrificação e eficiência nos transportes
  - Implementação de mais ZAC, ZZE, ZER e ruas escolares
  - Monitorização da qualidade do ar em escolas ou outros pontos
- **O que queremos alcançar**
  - Colocar a redução de emissões dos transportes no centro da agenda política nacional
  - Influenciar decisões orçamentais e legislativas que favoreçam a transferência modal para transporte público e mobilidade ativa no transporte de passageiros (incluindo a ferrovia) e a eletrificação do transporte de mercadorias.
  - Reduzir a dependência estrutural do transporte rodoviário individual e dos combustíveis fósseis
  - Advocacia em torno da necessidade de implementação de mandatos zero emissões em porto para todos os tipos de navios, bem como o abastecimento de combustíveis sintéticos e de eletricidade (OPS, na sigla inglesa)
  - Garantir que Portugal mantém uma trajetória compatível com -35% até 2028.

41

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta
Número de propostas ou recomendações	4
Número de intervenções públicas, relatórios ou participações em consultas legislativas	10
Número de reuniões com decisores políticos	8
Implementação de ZZE, ZER, ZAC ou ruas escolares	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Crescimento da procura por transporte rodoviário e aéreo
  - Contexto político mais focado em competitividade económica
  - Resistência social e política a medidas de restrição do automóvel individual
  - Volatilidade de preços da energia que influencie decisões políticas de curto prazo
  - Elevada exigência técnica na análise de dados sectoriais complexos.



- Necessidade de recursos consistentes para acompanhar simultaneamente políticas nacionais e europeias
- Desafio comunicacional em promover medidas estruturais que implicam mudanças comportamentais
- Preço da habitação leva a população a procurar casa em locais periféricos das cidades onde trabalham, locais estes muitas vezes sem transporte público ou com trajetos de transporte público muito mais lentos do que os trajetos de carro



## Sumário Executivo – Grupo Territórios

### Resumo do trabalho proposto:

O trabalho proposto para 2026 assenta numa lógica de influência política, base técnica, ação pública e construção de alternativas, procurando responder a desafios estruturais do território e da sustentabilidade com maior capacidade de intervenção, articulação e mobilização. De forma transversal, o trabalho previsto combina acompanhamento legislativo e regulatório, participação em processos de decisão, produção de pareceres e documentos estratégicos, campanhas públicas e desenvolvimento de parcerias, procurando transformar conhecimento técnico em influência política e mudança concreta no território.

As prioridades identificadas apontam para um ano de forte intensidade em acompanhamento legislativo, campanhas estratégicas, produção de conhecimento e consolidação de parcerias, com o objetivo de traduzir a ação da organização em mudanças concretas nas políticas públicas e na proteção ambiental.

### Principais iniciativas que se pretende realizar

#### OE20 — Ordenamento do território e uso do solo

43

##### Principais ações

- Participação no grupo de acompanhamento do PANCD
- Acompanhamento da Diretiva de Monitorização e Resiliência dos Solos
- Monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial
- Participação estratégica em consultas públicas com impactes territoriais relevantes
- Acompanhamento da AAE das zonas de aceleração de energias renováveis.

##### O que se pretende alcançar

Assegurar intervenção nos processos mais estratégicos, promover uma verdadeira monitorização do estado do solo, reforçar o combate à desertificação com meios efetivos e defender um planeamento territorial das renováveis que traga previsibilidade, proteção e equilíbrio entre promotores e populações.

#### OE21 — Avaliação de impacte ambiental

##### Principais ações

- Monitorizar e avaliar o processo de AIA, tanto na fase de avaliação como na pós-avaliação, e identificar lacunas e disfunções do regime jurídico em vigor.

##### O que se pretende alcançar

Sustentar o posicionamento da organização com base técnica sólida, influenciar melhorias no regime jurídico, fortalecer o rigor do processo de AIA em Portugal e criar bases para uma futura campanha pública em defesa de um regime mais robusto e eficaz.



## OE22 — Bom estado das massas de água

### Principais ações

- Reuniões com decisores, entidades gestoras e regulador.
- Implementação de um programa de monitorização ecológica em ETAR.
- Participação nos processos de revisão dos principais instrumentos de planeamento hídrico.
- Produção de comunicados, pareceres e policy briefs.

### O que se pretende alcançar

Reforçar a monitorização ecológica e a transparência dos dados, identificar impactes das descargas de águas residuais tratadas, promover medidas corretivas e de restauro, influenciar metas ambientais mais robustas nos instrumentos de gestão da água e defender políticas que garantam caudais ecológicos e melhor proteção das origens de captação.

## OE23 — Eficiência hídrica

### Principais ações

- Promover a utilização de águas para reutilização, incluindo recarga de aquíferos.
- Acompanhar a transposição da Diretiva das Águas Residuais Urbanas.
- Consolidar a campanha “Águadatorneira.pt” e fazer advocacy para redução de perdas.
- Propor alterações à Lei da Água
- Estabelecer parcerias para campanhas de prevenção da deposição indevida de resíduos no saneamento.

44

### O que se pretende alcançar

Demonstrar a viabilidade ecológica e ambiental da reutilização de água, produzir recomendações legislativas, influenciar políticas públicas para maior eficiência hídrica, reduzir perdas, reforçar a confiança na água da rede pública, desenvolver modelos piloto de pagamento por serviços de ecossistema e garantir bases de financiamento para continuidade do trabalho.

## OE24 — Conservação da área marítima nacional

### Principais ações

- Analisar criticamente o modelo de gestão das áreas marinhas protegidas.
- Desenvolver recomendações estratégicas para reforço da proteção estrita.
- Aprofundar o diálogo com entidades públicas e comunidade científica e promover aceitação social das AMP, sobretudo das áreas de proteção total.

### O que se pretende alcançar

Identificar fragilidades do modelo atual, reforçar tecnicamente o posicionamento da organização, aumentar a ambição nacional em matéria de proteção estrita e promover maior compreensão pública dos benefícios ecológicos e socioeconómicos das áreas marinhas protegidas, incluindo preocupações de justiça social para as comunidades afetadas.



## OE25 — Gestão sustentável dos recursos oceânicos

### Principais ações

- Consolidar conhecimento técnico sobre pesca de arrasto, reforçar o diálogo com comunidades piscatórias e intervir em processos legislativos e políticos estratégicos.
- Iniciar a estruturação de uma campanha pública sobre pesca de arrasto.
- Aprofundar o enquadramento do lixo marinho associado a artes de pesca e explorar instrumentos de prevenção na origem.

### O que se pretende alcançar

Consolidar um posicionamento técnico e socialmente informado, influenciar decisões políticas com base no princípio da precaução, limitar práticas destrutivas, preparar uma campanha pública sobre o fim da pesca de arrasto e construir uma base de conhecimento sobre prevenção do lixo marinho e responsabilização dos agentes envolvidos.

## OE26 — Conservação do oceano e nexos oceano-clima

### Principais ações

- Garantir a presença da organização em fóruns nacionais e internacionais.
- Promover a integração do oceano nas políticas climáticas nacionais.
- Intervir publicamente sobre ameaças emergentes e produzir conteúdos de comunicação e literacia sobre o nexos oceano-clima.

45

### O que se pretende alcançar

Reforçar a visibilidade e influência da organização em espaços estratégicos, avaliar a possibilidade de uma futura Lei de Bases do Oceano alinhada com o quadro europeu, consolidar posicionamentos sobre geoengenharia marinha e CCS e aumentar a mobilização pública em torno de temas críticos para o oceano.

## OE27 — Conservação da natureza e biodiversidade

### Principais ações

- Desenvolver iniciativas sobre polinizadores em meio urbano e denunciar podas abusivas.
- Acompanhar os temas da Reserva Natural da Lagoa dos Salgados, Áreas Protegidas Privadas, aves estepárias, espécies invasoras, Plano Nacional de Restauro da Natureza, Soluções Baseadas na Natureza e projeto Myrica.

### O que se pretende alcançar

Lançar campanhas públicas dirigidas a municípios e cidadãos, pressionar para criação ou melhoria de instrumentos legais de conservação, defender regimes de apoio mais adequados à biodiversidade, apoiar o restauro da natureza, preparar uma candidatura LIFE e assegurar financiamento para expansão do projeto Myrica, com novas plantações e controlo de invasoras.



## OE28 — Sustentabilidade do sistema agroalimentar

### Principais ações

- *Advocacy* para cadeias curtas agroalimentares e proteína vegetal.
- Reforço dos movimentos de agroecologia e agricultura regenerativa.
- Acompanhamento da política do regadio e dos grandes projetos hidroagrícolas.
- Monitorização da ENEAPAI.
- Acompanhamento das políticas sobre pesticidas, biomassa, desflorestação, clima e revisão da PAC.

### O que se pretende alcançar

Melhorar o enquadramento regulamentar das cadeias curtas, consolidar uma definição e uma frente política para a agroecologia, colocar em marcha uma estratégia nacional para o consumo de proteína vegetal, reduzir o apoio político à expansão de grandes regadios, reforçar a monitorização dos efluentes pecuários, aumentar o reconhecimento público dos impactes dos pesticidas, garantir visibilidade para biomassa e desflorestação e influenciar a PAC para apoiar a transição agroecológica do sistema alimentar.

## OE29 — Política florestal e fogos rurais

### Principais ações

- Trabalho sobre mosaico agroflorestal e Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e parceria com o Centro Pinus.
- Mercado voluntário de carbono, eucaliptais abandonados, fogos rurais, financiamento misto para a floresta, progressão ecológica do montado e desflorestação associada aos biocombustíveis.

46

### O que se pretende alcançar

Divulgar propostas para travar o desaparecimento do mosaico agroflorestal, reforçar a colaboração com o Centro Pinus através de webinars, formação e relatórios, acompanhar o mercado voluntário de carbono, insistir em soluções para o passivo ambiental dos eucaliptais abandonados, avaliar criticamente os resultados da política de fogos rurais, criar novos modelos de financiamento da floresta e acompanhar os impactes internacionais da produção de biocombustíveis.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE20: Promover um adequado ordenamento do território e gestão equilibrada do uso e ocupação do solo.**

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Participação no grupo de trabalho de acompanhamento do PANCD
- Acompanhar a Diretiva relativa à Monitorização e Resiliência dos Solos
- Monitorizar a eficácia e os constrangimentos dos Instrumentos de Gestão Territorial
- Participação estratégica nas consultas públicas de iniciativas suscetíveis de causar impactes ambientais significativos com relevância territorial
- Acompanhar a AAE das ZAER (zonas de aceleração de energias renováveis)

- **O que queremos alcançar:**

- Garantir que participamos nas consultas públicas mais estratégicas e de projetos com maior potencial de impacto
- Uma implementação da Lei de Monitorização e Resiliência do Solos que resulte efetivamente numa verdadeira monitorização do estado do solo e que resulte na transição de más práticas.
- Um PANCD que reforce o combate à desertificação e que inclua verbas designadas
- Um plano setorial de renováveis que inclua um ordenamento do território com go-areas e no-go areas, permitindo alguma previsibilidade para os promotores e populações

47

- **Principais indicadores (3–5): indicador | meta**

Indicador	Meta
N.º Consultas públicas de processos de AIA com contributo	30
<i>Policy Brief</i>	1
Reuniões em sede de grupo de acompanhamento do PANCD	≥2
Reuniões com peritos portugueses na área do Solo	≥2

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Falta de sensibilização política e social ao tema do Solo
- Falta de interesse político para um verdadeiro ordenamento do território de projetos de energia renovável
- Falta de alocação de verbas para o combate à desertificação



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE21: Influenciar para a introdução de melhorias no regime jurídico da avaliação de impacte ambiental**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Monitorizar e avaliar o processo de AIA em sede de avaliação e pós-avaliação
  - Identificar lacunas e disfunções do Regime Jurídico de AIA
- **O que queremos alcançar:**
  - Garantir que o posicionamento da ZERO se sustenta solidamente numa base técnica e socialmente informada.
  - Influenciar decisões políticas e criar parcerias para fortalecer o papel e o rigor do processo de AIA em Portugal
  - Identificar os potenciais problemas com a implementação do RJAIA, em sede de pós-avaliação
  - Preparar as bases para criar uma campanha de mobilização pública em torno de um RJAIA mais robusto
- **Principais indicadores (3–5): indicador | meta**

Indicador	Meta
Policy paper	1
Reuniões	≥2
Comunicado	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Garantir clareza no posicionamento da ZERO
  - Contrariar a influência política e institucional do lobby anti-regulação
  - Assegurar financiamento dedicado para implementar a campanha após a sua estruturação.
  - Garantir capacidade operacional para desenvolver um diálogo abrangente e construtivo com as partes interessadas



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE22: Pugnar para que seja alcançado o bom estado das massas de água superficiais e subterrâneas.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Reuniões com decisores políticos, entidades gestoras e regulador para defender o reforço da qualidade ecológica das massas de água e a integração de critérios ambientais na gestão do ciclo urbano da água.(1)
  - Implementação de programa de monitorização ecológica em ETAR, avaliando impactes nas linhas de água a montante e jusante e identificando necessidades de restauro ecológico.(3)
  - Participação nos processos de revisão dos principais instrumentos de planeamento associados a recursos hídricos, em particular através das consultas públicas relevantes (Planos de Gestão de Região Hidrográfica; Planos de Gestão dos Riscos de Inundação; Plano Nacional da Água).(2)(3)
  - Produção de comunicados, pareceres técnicos e policy briefs sobre estado ecológico das massas de água, reutilização, caudais ecológicos e monitorização.(3)
- **O que queremos alcançar:**
  - Reforçar a monitorização ecológica das massas de água e contribuir para maior transparência na divulgação de dados.
  - Identificar e sinalizar impactes associados a descargas de águas residuais tratadas, promovendo medidas corretivas e de restauro.
  - Influenciar a integração de metas ambientais robustas nos Planos Integrados de Gestão das Águas Residuais Urbanas.
  - Criar condições para que a utilização de ApR contribua para a proteção das massas de água subterrâneas, reduzindo pressões quantitativas.
  - Defender políticas públicas que assegurem a implementação efetiva de caudais ecológicos.
  - Promover mecanismos económicos que incentivem a proteção das origens de captação e a melhoria da qualidade da água na origem.

49

- **Principais indicadores:**

Indicador	Meta
(1) Nº de reuniões/ações formais com decisores e entidades gestoras	4
(2) Nº de contributos submetidos em consultas públicas ou processos legislativos	3
(3) Nº de documentos produzidos (relatórios técnicos, comunicados, policy briefs)	3



- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Na área da monitorização ecológica, os desafios externos prendem-se com o acesso a dados atualizados, articulação com entidades gestoras e eventual resistência à divulgação de impactes identificados.
  - Na utilização de ApR e recarga de aquíferos, os principais desafios externos relacionam-se com lacunas no enquadramento legal e ausência de critérios técnicos consolidados que garantam proteção das massas de água subterrâneas.
  - Na implementação de caudais ecológicos e medidas de restauro, subsistem desafios externos associados a interesses instalados e à priorização de usos económicos da água.
  - Ao nível interno, os desafios centram-se na capacidade técnica e nos recursos disponíveis para acompanhar múltiplos processos legislativos e assegurar monitorização consistente.
  - O desafio principal desta sub-área é garantir financiamento suficiente para ter uma pessoa a tempo inteiro.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE23: Promover a eficiência hídrica nos vários sectores de atividade com vista a uma redução do consumo.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Promover a utilização de Águas para Reutilização (ApR), incluindo na recarga de aquíferos, através da análise da viabilidade técnica, ambiental e legislativa.
  - Acompanhar e contribuir para a transposição da Diretiva das Águas Residuais Urbanas (DARU), assegurando a integração de critérios que viabilizem a reutilização de ApR.
  - Dinamização e consolidação da campanha “**Águadatorneira.pt – A bebida preferida**”, em parceria com a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres e a Águas do Vale do Tejo, promovendo o consumo de água da torneira como opção sustentável.
  - Acompanhamento e advocacy em políticas públicas para redução de perdas no ciclo urbano da água e na agricultura.
  - Garantir a aplicação da Responsabilidade Alargada do Produtor associada ao tratamento das Águas Residuais Urbanas através do acompanhamento da transposição da Diretiva para as Águas Residuais Urbanas (DARU).
  - Apresentação de uma proposta de alteração à Lei da Água para reforço da monitorização e controlo sobre as captações de águas subterrâneas, advogando pela transição destas para o domínio público.
  - Estabelecer uma parceria estratégica para implementação de uma campanha destinada à prevenção da deposição indevida de resíduos sólidos no sistema de saneamento.
- **O que queremos alcançar:**
  - Demonstrar, através de evidência técnica, a viabilidade ecológica e ambiental da utilização de ApR, incluindo na recarga de aquíferos.
  - Produzir recomendações legislativas para enquadramento da recarga de aquíferos com ApR em Portugal.
  - Influenciar políticas públicas através da apresentação de propostas concretas de alteração legislativa e contributos para a transposição da DARU.
  - Identificar impactes ecológicos associados às descargas de ETAR e propor medidas de restauro ecológico.
  - Reforçar a confiança dos consumidores na água da rede pública para redução do consumo de água engarrafada e dos respetivos impactes
  - Influenciar políticas públicas que promovam a eficiência hídrica, a redução de perdas e a circularidade da água.
  - Desenvolver e apresentar um modelo piloto de Pagamento de Serviços de Ecossistemas para proteção de albufeiras e melhoria da qualidade da água na origem com possibilidade de ser aplicado na Barragem de Castelo de Bode.
  - Implementar uma campanha de prevenção de gradados nas ETAR em parceria com a Águas do Centro Litoral ou outra entidade gestora de sistemas de saneamento urbano.



- Garantir financiamento para 2027

- **Principais indicadores:**

Indicador	Meta
Nº de documentos estratégicos produzidos (relatórios, propostas legislativas, policy briefs)	2
Nº de contributos formais em processos legislativos ou de políticas públicas	3
Nº de iniciativas/campanhas de promoção da eficiência hídrica	2
Nº de reuniões/ações formais com decisores e entidades gestoras	5

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Sobre a utilização de ApR na recarga de aquíferos, os desafios externos prendem-se com lacunas no enquadramento legal, ausência de metas vinculativas para utilização de ApR e alguma resistência institucional à mudança de paradigma.
- Na redução de perdas, os principais desafios externos relacionam-se com os custos de investimento, resistência dos municípios em implementarem tarifas de água que permitam a recuperação dos custos para fazer face às necessidades de investimento, bem como prioridades políticas concorrentes.
- Na promoção do consumo de água da torneira, os desafios externos incluem barreiras culturais ao consumo de água da torneira.
- Ao nível interno, os desafios centram-se na capacidade de acompanhamento em múltiplos processos legislativos e na gestão simultânea de parcerias estratégicas com diferentes entidades.
- O desafio principal desta sub-área é garantir financiamento suficiente para ter uma pessoa a tempo inteiro.

52



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE24:** Garantir, até 2030, a conservação de 30% da área marítima nacional, assegurando que pelo menos 10% esteja sob proteção estrita.

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Efetuar uma análise crítica do modelo de gestão das AMP nacionais (continente e Regiões Autónomas).
- Desenvolver recomendações estratégicas para reforçar a proteção estrita e a coerência da rede de AMP a nível nacional (incluindo entre continente e Regiões Autónomas, e entre as próprias RA).
- Reforçar o diálogo institucional com entidades públicas e comunidade científica.
- Promover a aceitação social das AMP, com foco nas áreas de proteção total.

- **O que queremos alcançar:**

- Identificar lacunas e fragilidades no atual modelo de gestão das AMP, informando os processos de tomada de decisão.
- Sustentar o posicionamento da ZERO com recomendações técnicas e juridicamente fundamentadas.
- Reforçar a ambição nacional em matéria de proteção estrita.
- Aumentar a compreensão pública sobre os benefícios ecológicos e socioeconómicos das AMP.
- Garantir a inclusão de medidas de justiça social e de transição justa para as comunidades piscatórias afetadas.

53

- **Principais indicadores (3–5):** indicador | meta

Indicador	Meta
Matriz de análise	1
Policy Brief	1
Reuniões	≥5
Conteúdos de comunicação	≥7

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Complexidade e dispersão do quadro legal aplicável às AMP.
- Resistência política ou institucional ao reforço da proteção estrita.
- Sensibilidade social em torno de áreas de proteção total.
- Fraca ambição política e institucional no sentido de garantir alinhamento com critérios e normas internacionais e de criar, em tempo útil, planos de gestão adequados.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE25: Efetivar o princípio da precaução e a gestão sustentável dos recursos oceânicos na ZEE e PC estendida, eliminando atividades prejudiciais aos ecossistemas.**

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Consolidar conhecimento técnico sobre pesca de arrasto e impactos associados (ambientais e socioeconómicos).
- Reforçar o diálogo com comunidades piscatórias e outros setores relevantes.
- Intervir em processos políticos e legislativos estratégicos.
- Iniciar a estruturação de uma campanha pública sobre pesca de arrasto.
- Iniciar a consolidação de conhecimento sobre enquadramento legislativo do lixo marinho associado a artes de pesca abandonadas, com foco na aplicação da Responsabilidade Alargada do Produtor e na identificação de lacunas na sua implementação.
- Explorar instrumentos de prevenção do lixo marinho na origem, nomeadamente mecanismos de responsabilização e modelos piloto aplicáveis a contextos costeiros.

- **O que queremos alcançar:**

- Garantir que o posicionamento da ZERO se sustenta solidamente numa base técnica e socialmente informada.
- Influenciar decisões políticas para efetivar a aplicação do princípio da precaução.
- Limitar práticas incompatíveis com a conservação e garantir a inclusão de medidas de justiça social nos processos de eliminação de práticas destrutivas.
- Preparar as bases para criar uma campanha de mobilização pública em torno do fim da pesca de arrasto.
- Desenvolver base de conhecimento que sustente o posicionamento futuro da ZERO sobre prevenção do lixo marinho proveniente de artes de pesca.
- Avaliar o potencial estratégico de instrumentos de responsabilização e prevenção do lixo marinho na origem.

- **Principais indicadores (3–5): indicador | meta**

Indicador	Meta
Análise de documentação	1-2
Reuniões	1-2
Pareceres	≥2
Policy brief	1
Plano de campanha	1



- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Garantir clareza no posicionamento da ZERO, distinguindo pesca de arrasto industrial da pequena pesca.
  - Contrariar a influência política e institucional do lobby da pesca industrial.
  - Assegurar financiamento dedicado para implementar a campanha após a sua estruturação, bem como para aprofundar novos eixos temáticos
  - Garantir capacidade operacional para desenvolver um diálogo abrangente e construtivo com as comunidades piscatórias.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE26:** Capacitar e mobilizar a sociedade para ações em prol da conservação do oceano. [Promover a institucionalização do nexa oceano-clima, estabelecendo um quadro regulatório resiliente que promova o papel do oceano e a capacitação transversal da sociedade para a proteção e valorização dos ecossistemas marinhos].
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Assegurar presença da ZERO em fóruns nacionais e internacionais relevantes.
  - Promover as bases para a futura integração do oceano no quadro legislativo das políticas climáticas nacionais.
  - Intervir publicamente sobre ameaças emergentes.
  - Produzir conteúdos de comunicação que promovam a literacia, em particular no que se refere ao nexa oceano-clima, e que ajudem a capacitar os cidadãos e decisores públicos e privados para uma intervenção mais ativa em prol da conservação do oceano .
- **O que queremos alcançar:**
  - Reforçar a visibilidade e influência da ZERO em espaços estratégicos de decisão.
  - Efetuar exercício exploratório para avaliar a possibilidade de criar uma Lei de Bases do Oceano, alinhada com o Ocean Act europeu.
  - Consolidar o posicionamento da ZERO sobre geoengenharia marinha e CCS.
  - Aumentar a capacidade de mobilização pública em torno de temas críticos para o oceano.
- **Principais indicadores (3–5):** indicador | meta

Indicador	Meta
Presenças/eventos	≥2
Documentos de enquadramento	1
Reuniões	≥2
Position paper	1
Conteúdos de comunicação	≥2

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**
  - Incerteza sobre o calendário e conteúdo final do Ocean Act europeu.
  - Resistência política a integrar plenamente o oceano nas políticas climáticas.



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE27: Promover publicamente o incremento da conservação da natureza e da biodiversidade, através de políticas públicas e de ações de mobilização da sociedade.**
  
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Polinizadores em áreas urbanas
  - Campanha de denúncia contra as rolagens (podas abusivas de árvores em meio urbano)
  - Reserva Natural da Lagoa dos Salgados
  - Áreas Protegidas Privadas
  - Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados
  - Aves estepárias
  - Erva-das-pampas (*Cortaderia selloana*)
  - Plano Nacional de Restauro da Natureza
  - Soluções Baseadas na Natureza
  - Projeto Myrica
  
- **O que queremos alcançar:**
  - Conceber uma campanha pública de promoção dos polinizadores dirigida aos municípios portugueses, por forma a promover o não controle de vegetação herbácea, por meios mecânicos ou pesticidas, e a biodiversidade com sementeira de espécies autóctones.
  - Preparar uma campanha de denúncia contra as rolagens (podas abusivas de árvores em meio urbanos), possivelmente através da criação de uma landing page
  - Continuar a exigir a criação da Reserva Natural da Lagoa dos Salgados junto da tutela, tentando auxiliar na resolução do atual imbróglio jurídico.
  - Lançar uma campanha pública de melhoria da legislação que permite a criação de Áreas Protegidas Privadas, de modo a que esta figura jurídica possa gerar mais atratividade para os proprietários privados.
  - Exigir a adoção de um novo regime de apoio aos agricultores das Zonas de Proteção Especial para a conservação das aves estepárias, visando resolver as atuais regras perversas que permitem que os apoios públicos contribuam para o declínio acentuado destas espécies, ponderando-se a possibilidade de recorrer ao contencioso jurídico.
  - Avaliação da possibilidade de preparar e lançar uma campanha que alerte publicamente para o descontrole existente na expansão da erva-das-pampas (*Cortaderia selloana*), uma espécie exótica invasora de alto risco, originária da América do Sul.
  - Acompanhar e contribuir de forma ativa para a elaboração do Plano Nacional de Restauro da Natureza, através da realização de um workshop dirigido aos proprietários privados, bem como, se vier a ser disponibilizado investimento, planejar ações de restauro passivo e ativo em meio oceânico e costeiro, respetivamente.
  - Conceber uma candidatura ao Programa LIFE da União Europeia sobre implementação de Soluções Baseadas na Natureza suscetíveis de contribuir para a implementação das



medidas previstas na Diretiva das Águas Residuais Urbanas, bem como avaliar a possibilidade de encontrar um mecenas que apoie o trabalho da ZERO nesta área emergente de resposta aos fenómenos climáticos extremos.

- Assegurar o financiamento do projeto Myrica para plantar mais 7 ha no próximo ano e organizar ações de plantação e de controle de espécies invasoras.

- **Principais indicadores**

<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>
<b>Campanhas</b>	4
<b>Candidaturas</b>	1
<b>Posicionamentos</b>	2
<b>Workshop</b>	1
<b>Planeamento de ações de restauro</b>	2

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Recursos financeiros escassos para os objetivos traçados, em particular os oriundos de mecenas
- Dificuldade em dar resposta às solicitações em função de limitações dos recursos humanos
- Apatia e indiferença dos cidadãos face às campanhas
- O desinteresse das entidades públicas e privadas em estabelecerem parcerias exigentes

58



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico – OE28: Promover a sustentabilidade do sistema agroalimentar.**
  
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Advogar pela concretização da medida 6.9.2 — Promover a **implementação de cadeias curtas agroalimentares (CCA)** do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) 2030 (Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025) e da linha de ação 1.1. Consumo: fomentar o acesso a alimentos seguros, diversificados, de época e de qualidade (e.g. restauração coletiva, mercados locais, circuitos curtos) da Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030: Agenda Terra Futura (Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020), nomeadamente através:
    - da influência do processo de revisão do Código da Contratação Pública (CCP) - DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro red. atual – em parceria com a ACSA (Alimentar Cidades Sustentáveis Associação);
    - da influência do processo de revisão das Diretivas que regem as compras públicas (Directive 2014/23/EU; Directive 2014/24/EU; Directive 2014/25/EU), [já com a fase de consulta pública finalizada](#);
    - da inclusão na nova Política Agrícola Comum (PAC) pós 2027 de medidas específicas para os circuitos curtos e respetiva proposta de ações concreta nos planos e programas nacionais;
    - apoio a iniciativas locais que visam a implementação ou manutenção de CCA.
  
  - Advogar pela concretização da medida 6.9.1 — Criar uma **estratégia nacional para promover o consumo de proteína vegetal** do PNEC 2030, em articulação com a ProVeg Portugal, através:
    - do Grupo Colaborativo da Estratégia pela Proteína Vegetal, liderado pela ProVeg, enquanto plataforma agregadora de interesses;
    - da influência para a manutenção e fortalecimento do apoio às leguminosas na PAC.
  
  - Integrar os **movimentos pela Agroecologia e pela Agricultura Regenerativa**, contribuir para o seu fortalecimento e para a representatividade na definição de políticas setoriais, através:
    - da participação ativa na Rede de Agroecologia portuguesa;
    - do fomento, com a ACSA e outros parceiros (CeCAFA, Rede de Agroecologia e RNAES), de uma rede de municípios pela Agroecologia;
    - da integração na equipa operacional apoiada pela European Alliance for Regenerative Agriculture (EARA);
    - da promoção do *policy uptake* de medidas que catalisem a transição agroecológica do sistema alimentar, nomeadamente nos processos de definição da nova PAC pós 2027.



- Acompanhamento e advocacy da **política pública do regadio**, nomeadamente a “Estratégia Água que Une” e o futuro Plano Rega (revisão do Programa Nacional de regadios), bem como os **modelos de gestão dos regadios coletivos** de iniciativa estatal e os grandes projetos de agricultura industrial com base no regadio, nomeadamente através:
  - do escrutínio das decisões programáticas da “Estratégia” e da execução e qualidade da Avaliação Ambiental Estratégica (Regime de Avaliação de Planos e Programas, DL n.º 232/2007, de 15 de Junho, red. at.) do Plano Rega;
  - da avaliação do cumprimento do Regime Jurídico dos Aproveitamentos Hidroagrícolas (DL n.º 86/2002, de 6 de abril), em matéria de aplicação das taxas de beneficiação, e da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, red. at.) quanto à repercussão de custos no tarifário da água;
  - do escrutínio dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental (DL n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, red. at.) de projetos hidroagrícolas e de regadio industrial;
  - da investigação de práticas de gestão e potenciais violações de normativos pela implementação ou operação de grandes projetos de regadio. Continuar e prosseguir com denúncias e ações legais nas situações de maior relevo;
  - da influência da PAC pós 2027 no sentido de não subsidiar projetos de regadio lesivos para o ambiente;
  - da comunicação de narrativas alternativas às grandes obras hidroagrícolas, frisando a importância do ordenamento e das soluções baseadas na natureza e a importância do apoio de modelos de produção alternativos às monoculturas de cariz industrial.
  
- Acompanhamento da implementação da **Estratégia Nacional para os Efluentes Pecuários e Agroindustriais (ENEAPAI) 2030** - Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro - através da participação na Estrutura de Acompanhamento Nacional (EAN) e respetivos grupos de trabalho 1, 2 e 3 – correspondentes à hierarquia de prioridades de uso dos efluentes: (1) valorização agrícola, (2) valorização orgânica e (3) valorização energética. Os objetivos deste acompanhamento são:
  - integrar a perspetiva da prevenção de resíduos, nomeadamente através de políticas e medidas que asseguram o bom ordenamento da atividade pecuária e que consideram a capacidade de carga dos ecossistemas e as necessidades reais de um consumo saudável de carne e laticínios;
  - assegurar que o respeito pela hierarquia de usos é respeitada, defendendo a primazia da valorização agrícola em sistemas de produção que aliem a produção vegetal e animal;
  - garantir que a prioridade de atingir o bom estado global das massas de água se mantém o foco primordial e que as considerações de proteção do ambiente não são secundarizadas na caracterização, diagnóstico e proposta de medidas;
  - assegurar que a execução do Plano de Ação para o Biometano (PAB) 2024-2040 é coerente com os objetivos da ENEAPAI, através do acompanhamento das AIA de projetos de biometano.



- Acompanhamento e advocacy sobre **práticas alternativas aos pesticidas e o uso sustentável**, nomeadamente através:
  - Da promoção e melhoramento das políticas de promoção do Modo de Produção Biológico (MPB), advogando para o abandono de apoios específicos para a Produção Integrada e a normalização do MPB, nomeadamente na PAC;
  - da análise e monitorização da aplicação do novo Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável de Pesticidas 2025-2030 (a ser aprovado);
  - do levantamento de situações de incumprimento dos princípios da Proteção Integrada (obrigatórios ao abrigo da Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, red. at.);
  - do escrutínio dos mecanismos de recolha de embalagens (ValorFito) e de monitorização dos resíduos de pesticidas na água e nos alimentos.
  
- Acompanhamento da **política Europeia e nacional que regula o uso de biomassa**, sobretudo florestal, no âmbito da Diretiva Energias Renováveis (RED) III (Diretiva (UE) 2023/2413) – incluindo a influência do seu processo de revisão - e continuação do **acompanhamento do Regulamento para Produtos Livres de Desflorestação (EUDR - Regulamento (UE) 2023/1115)**, através:
  - da participação em reuniões de coordenação;
  - participação em campanhas, ações de advocacy e emissão de comunicados;
  - na procura de protocolos de parceria e projetos que catalisem a implementação adequada da legislação.
  
- Acompanhamento dos **indicadores climáticos e das políticas relacionadas**, em especial a evolução dos contributos do setor agrícola, através:
  - da análise do Inventário Nacional de Emissões Clima e contributos para o Climate Change Performance Index;
  - da advocacia em matéria de coerência de políticas com as metas de redução de emissões e os esforços de adaptação – especialmente a PAC.
  
- Acompanhamento da **revisão da PAC** e procura de influência da sua arquitetura, para que possa ser um instrumento para a transição agroecológica do sistema alimentar, através:
  - da articulação com ONG europeias nos esforços de advocacy;
  - do contributo para a organização dos movimentos nacionais para a participação nos fóruns de decisão.
  
- **O que queremos alcançar:**
  - Melhorar o ambiente regulamentar para as CCA, com medidas específicas de apoio. Na base do esforço para lá chegar também pretendemos ajudar a consolidar uma frente de atores relevantes articulados na promoção das CCA.
  - Uma definição de Agroecologia consolidada pela Rede nacional, já orientando para um conjunto consensual de direções políticas necessárias para a transição. Maior representatividade na definição de políticas, como a PAC.



- Estratégia nacional para promover o consumo de proteína vegetal em elaboração, com um grupo de trabalho que inclui a ProVeg Portugal e a ZERO.
- Perda de apelo político e reprovação clara da Comissão Europeia do investimento na expansão dos grandes regadios.
- EAN da ENEAPAI a fazer monitorização ativa, com melhor clareza na aplicação da hierarquia de usos dos efluentes, nomeadamente no que toca a projetos de biometano.
- Maior reconhecimento público da ilegalidade da prática de uso sistemático de pesticidas. Maior abertura da DGAV face à necessidade de fortalecer algum tipo de extensão rural através da ligação com os praticantes e investigadores de agroecologia.
- Assegurar algum espaço mediático para os temas da biomassa florestal e da rastreabilidade de mercadorias ligadas à desflorestação.
- Maior reconhecimento público do impacte da agricultura e do sistema alimentar nas alterações climáticas e potencial de mitigação, sobretudo

- **Principais indicadores:**

	<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>
<b>Cadeias Curtas Agroalimentares</b>	Nº contributos formais em processos legislativos ou de políticas públicas	3
	Nº reuniões com parceiros	8
	Nº reuniões com decisores políticos	3
	Nº comunicados	2
<b>Estratégia nacional para o consumo de proteína vegetal</b>	Nº pareceres	1
	Nº reuniões com parceiros	3
	Nº reuniões com decisores políticos e administração pública	1
	Nº candidaturas a projetos submetidas	1
<b>Movimentos pela Agroecologia e Agricultura Regenerativa</b>	Nº reuniões com parceiros	8
	Nº documentos de organização / influência política	2
	Nº comunicados	1
<b>Política e gestão do regadio</b>	Nº ofícios	5
	Nº comunicados	3
	Nº pareceres	2
	Nº reuniões com decisores políticos e administração pública	2
	Nº casos analisados	3
<b>ENEAPAI</b>	Nº reuniões	3
	Nº pareceres	3
	Nº documentos de organização / influência política	1
<b>Pesticidas</b>	Nº pareceres	1
	Nº reuniões	1
	Nº documentos analisados	3
<b>Biomassa / EUDR</b>	Nº reuniões	6
	Nº ações e campanhas	2



<b>Clima</b>	Nº documentos analisados	3
	Nº contributos para relatórios	1
<b>PAC</b>	Nº contributos formais em processos legislativos ou de políticas públicas	1
	Nº ações de advocacy	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Um dos principais constrangimentos é ter financiamento para suportar o trabalho. A inclusão da biomassa nas ações é também para procurar algum apoio monetário com o acompanhamento desta temática.
- O atual Governo aparenta estar “na cama” com o agronegócio ligado ao regadio. Antecipase uma missão difícil frear a euforia. O fator limitante parece ser o dinheiro disponível, por isso há que assegurar que a nível Europeu não haja um abandono da visão para água vertida na DQA.
- A execução da ENEAPAI articula muitos interesses. É de esperar bastante inércia e divergências que podem tornar o processo penoso ou mesmo inconsequente.
- Os movimentos pela Agroecologia e pela Agricultura Regenerativa estão pouco organizados em Portugal. A pluralidade de visões, típicas da abordagem holística destes movimentos, pode criar desafios na convergência para ações concretas, sobretudo no médio prazo. No entanto, há uma cultura cooperativa que também acompanha estes movimentos.
- Mudanças de fundo nas práticas de uso de pesticidas são difíceis. Os próprios guias técnicos para a aplicação da PI estão por produzir e rever. Isto, aliado à ausência de serviços de extensão rural e de monitorização, torna bastante difícil a alteração de práticas. Os Governos têm teimado em dar um apoio substancial à PRODI, numa ideia de gradualismo de transição de práticas, mas aposta parece ser em ir para a redução do uso através da agricultura de precisão e não a adoção de práticas preventivas – o que continua a estar em inconformidade com a DUS.
- O acompanhamento adequado da revisão PAC implicaria um esforço muito dedicado, mas não existem recursos para o fazer. O mesmo acontece com diplomas relacionados com o clima, como o Carbon Farming. Aqui o acompanhamento terá de ser cirúrgico e com uma constelação de parceiros para ajudar na interpretação – espero que os grupos de trabalho do EEB possam providenciar isso.

63



## Programa de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo estratégico - OE29: Acompanhar a implementação da política florestal e de prevenção dos fogos rurais.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Mosaico agroflorestal e Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
  - Parceria com o Centro Pinus
  - Mercado voluntário de carbono
  - RJAAR - Eucaliptais improdutivos e abandonados
  - Fogos rurais
  - Modelo de financiamento misto
  - Progressão ecológica do montado e revisão da legislação proteção ao sobreiro e da azinheira
  - Desflorestação devido à produção de biocombustíveis
- **O que queremos alcançar:**
  - Divulgação de posicionamento relativo ao desaparecimento iminente do mosaico agroflorestal, com uma proposta de criação de um rendimento básico para jovens agricultores dos territórios vulneráveis, assim como das fragilidades detetadas na implementação das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem.
  - Reforço da colaboração com o Centro Pinus, através da promoção de *webinars*, incluindo um sobre o Floresta 2050, uma formação sobre *advocacy* em políticas públicas para agentes do setor, e publicação de um relatório sobre o consumo de biomassa florestal para produção de energia e para a produção de pellets.
  - Acompanhar a implementação do mercado voluntário do carbono, no que a novas arborizações diz respeito.
  - Continuar a exigir uma solução para o problema do passivo ambiental resultante da existência de cerca de 400 mil hectares de eucaliptos abandonados e improdutivos, revisitando o mecanismo de compensação existente no atual RJAAR.
  - Avaliar e emitir posicionamento relativo aos resultados anuais do Programa Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, destacando uma análise das causas dos incêndios em Portugal e à necessidade de promover a reinserção e acompanhamento dos incendiários.
  - Conceção de um modelo de financiamento misto (pagamento por resultados) para o investimento na floresta portuguesa, por forma a atrair mais investidores sociais.
  - Insistir o lançamento de um aviso do fundo ambiental para promover a progressão ecológica do montado e participar na revisão da legislação proteção ao sobreiro e da azinheira
  - Acompanhar o problema da desflorestação devido à produção de biocombustíveis a nível internacional



- **Principais indicadores:**

Indicador	Meta
Posicionamentos	4
Policy brief	1
Campanhas	1
Webinares	2
Formações	1

- **Possíveis desafios de implementação (internos e/ou externos):**

- Garantir o cumprimento da parceria com o Centro Pinus
- Garantir a existência de recursos financeiros plurianuais para o desenvolvimento do trabalho de advocacy
- Aceitação das propostas da ZERO junto dos decisores políticos e dos legisladores